



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012295-82.2016.8.26.0037**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Jose Agaci de Oliveira**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

**Vistos.**

-

**JOSÉ AGACI DE OLIVEIRA** ajuizou ação de **COBRANÇA** contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, alegando, em resumo, que em 27.07.2013 sofreu acidente de trânsito, do qual resultaram lesões, fazendo jus à indenização securitária prevista na Lei 6.197/74. Pleiteia a condenação da requerida ao pagamento de indenização.

O acionada apresentou defesa, rebatendo as alegações iniciais. Aduz que, em sua avaliação, não houve sequelas.

Foi realizada a prova pericial e as partes tiveram oportunidade de manifestação.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Desnecessária a produção de outras provas.

Trata-se de ação na qual o autor pleiteia a condenação da requerida ao pagamento de indenização, por conta da existência de lesões, experimentadas em acidente de trânsito.

O pedido inicial deve ser julgado improcedente.

Frise-se que a legislação de regência prevê a cobertura DPVAT para as hipóteses de morte, invalidez total, parcial ou sequelas residuais.

O laudo pericial elaborado apontou que inexistente qualquer situação que justifique a pretendida indenização.

Com efeito, apontou-se que o autor *"não apresenta dano corporal contemplável pelas tabelas DPVAT/SUSEP", "não apresenta qualquer sequela nem invalidez oriundas do acidente", "não apresenta incapacidade para o trabalho devido ao acidente relatado" e "não apresenta alterações degenerativas da coluna vertebral e de disco intervertebral"* (pág.190).

Pondere-se que, pelo teor do laudo pericial, as alterações degenerativas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ARARAQUARA**

**FORO DE ARARAQUARA**

**6ª VARA CÍVEL**

**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

verificadas nos joelhos, assim como a insuficiência cardíaca, não guardam relação com o acidente (pág.191).

Disso resulta que a postulação inicial deve ser rejeitada.

Em precedente, ora invocado como razão de decidir, assim se estabeleceu:

*"SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA.[...] LAUDO PERICIAL QUE CONCLUIU QUE O ACIDENTE NÃO DEIXOU SEQUELAS, TAMPOUCO INVALIDEZ PARCIAL OU PERMANENTE - SENTENÇA MANTIDA [...] ... se o autor não apresenta sequelas decorrentes do acidente de trânsito, não há como estimar grau de comprometimento patrimonial físico, em atenção à legislação do DPVAT" (Apelação 1008239-91.2015.8.26.0602, da 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Francisco Casconi, j., 24.01.2018, v.u.).*

Acrescente-se que não questionamento acerca da conclusão pericial.

Isso posto **JULGO IMPROCEDENTE** esta ação movida por **JOSÉ AGACI DE OLIVEIRA** contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**, rejeitando o pedido inicial. Sucumbente, responderá o autor pelas custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor atribuído à causa, atualizado, cuja cobrança far-se-á na forma prevista no artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

**P.R.I.**

Araraquara, 27 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**